

2º GRAU: É PRECISO ENFRENTAR O DESAFIO

ROSE (Teresa Roserley) NEUBAUER DA SILVA
da Fundação Carlos Chagas e da Fac. Educação/USP

O processo político que vem sendo desencadeado a partir de 1985, culminando na primeira eleição presidencial após cerca de 30 anos, dá ao governo recém-eleito legitimidade e credibilidade para operar profundas reformas na áreas sociais e, particularmente, na educação de 2º grau, em função da necessária retomada do desenvolvimento econômico e do crescimento científico-tecnológico. Será preciso, porém, ter vontade política e ousadia para fazê-lo.

Desde meados dos anos 70, vários pesquisadores e educadores vinham fazendo severas críticas ao encaminhamento dado ao ensino de 2º grau, que se voltava predominantemente à profissionalização e preparação de mão-de-obra específica; à falta de uma política clara para este grau de ensino e sua posterior desestruturação; e à elitização que estava ocorrendo nas escolas técnicas, principalmente federais. Apesar disso, os estudos daí resultantes não continham quantidade substantiva de informações nem consistência de abordagem. Recentemente, porém, foram publicados vários trabalhos que abordaram com propriedade e abrangência a problemática do 2º grau e aprofundaram alguns pontos cruciais sobre esse grau de ensino, tais como: o incipiente atendimento do 2º Grau no Brasil comparado a outros países da América Latina em patamares semelhantes de desenvolvimento; a diferença brutal existente entre custos, qualidade do ensino e tipo de atendimento oferecido pelas escolas de 2º grau públicas, particulares ou as subsidiadas com recursos públicos, como as escolas do SENAI; o crescimento absurdo do treinamento vocacional em detrimento da formação geral no 2º Grau; o desempenho diversificado em testes de conhecimento dos alunos que freqüentam esses diferentes tipos de escola¹.

Esses trabalhos possibilitaram uma visão de conjunto do assunto, abrangendo desde a busca de uma nova identidade e função para o 2º Grau até a análise de dados secundários sobre sua cobertura, clientela e recursos, passando mesmo pelas relações de produção nas sociedades capitalistas periféricas.

É tal a complexidade dos problemas que apontam, que somos obrigados a admitir que será necessário debruçar-se com muito cuidado sobre o 2º grau para efetuar as mudanças quantitativas e qualitativas que se fazem necessárias.

O que nos mostram estes textos, que nos leva a essa conclusão?

Inicialmente, cabe fazer algumas rápidas observações sobre os problemas quantitativos que têm sido enfaticamente apontados.

Constata-se que, embora o 2º Grau atinja somente um número reduzidíssimo de jovens (21%), quando comparado à população da faixa etária de 15 a 19 anos, ou seja, aquela em idade de cursar esse nível de ensino (que são 13 milhões de jovens), este grau apresenta, por outro lado, taxa de escolarização real de mais de 90%. Isto é, quando se leva em conta sua clientela potencial — aqueles que terminaram o 1º Grau nos últimos quatro anos — o 2º Grau apresenta índices bastante altos de atendimento.

Isto torna mais complicada qualquer projeção de crescimento deste grau, pois um crescimento significativo só poderá ocorrer se formos capazes de promovê-lo conjun-

¹ Entre esses trabalhos é preciso destacar os *Cadernos de Pesquisa* nº 68 (1989); os *Anais do Seminário Ensino de 2º Grau da FE/USP* (1988); e as publicações do IPEA/IPLAN (1987; 1988).

tamente com medidas que ataquem a evasão e repetência no 1º Grau — pontos críticos do represamento da demanda do 2º Grau.

O Brasil, comparado aos países desenvolvidos e a outros países latino-americanos, apresenta uma das mais baixas taxas de atendimento neste grau de ensino. Do total de alunos de nossas escolas, 85% encontram-se no 1º Grau, 10% no 2º Grau e 5% na Universidade (Rosemberg, 1989). Embora constituído de clientela tão reduzida (somente cerca de dois milhões e meio de jovens), o 2º Grau é um ensino tipicamente noturno (53% das matrículas estão nesse período), e composto por uma porcentagem alta de jovens que trabalham (mais de 40%). Como 45,4% fazem parte de famílias com cinco ou menos salários mínimos de renda, é possível prever que a participação de seu salário na renda familiar seja muito importante, o que acaba caracterizando-os não como alunos que trabalham, mas como trabalhadores à procura da escola.

Somam-se a este quadro altos índices de evasão e repetência (20,5%) que têm crescido ano a ano, principalmente na zona urbana, onde se encontra a maioria do alunado (Melchior, 1988).

O exame dos recursos alocados no 2º Grau mostra, também, dados nada promissores. O 2º Grau tem recebido a menor atenção das três esferas do poder público, com porcentagens de gastos oscilantes e decrescentes.

Assim, numa análise comparativa, é possível observar que, enquanto a maioria dos países desenvolvidos aloca mais de 40% de seus orçamentos educacionais ao 2º Grau, e os países latino-americanos alocam cerca de 25% nesse nível de ensino, o Brasil não investe aí nem 10% de seus recursos (Rosemberg, 1989).

O relatório de 1987 do IPEA analisa cuidadosamente o que vem ocorrendo na alocação dos recursos federais. De sua análise é possível concluir, por exemplo, que ao mesmo tempo em que 40% dos recursos do MEC transferidos para programas de 2º grau foram destinados a instituições particulares, presenciou-se nestes últimos anos uma queda de crescimento das escolas públicas desse nível de ensino e um salto de crescimento das escolas particulares (IPEA/IPLAN, 1988)

Esse fenômeno parece estar associado ao refluxo sofrido no início dos anos 80 pelo ensino particular de 2º grau (durante o Plano Cruzado) que, a partir de 1988, pôde ser revertido em função do acirramento de greves e movimentos de professores. Como uma parte razoável dos alunos que freqüentam as escolas públicas de 2º grau pertencem a famílias de classe média com 10 salários ou mais de renda familiar, a tendência atual é a de que eles se direcionem às escolas particulares (através de pagamento ou do sistema de bolsas), onde os reflexos do movimento de professores se faz mais ameno. Veja-se, por exemplo, a criação, pelo governo Moreira Franco, no início de 1989, de 40 mil bolsas para as escolas particulares como resposta ao desagrado da classe média com as greves dos professores cariocas.

A alta seletividade, a falta de oferta e de recursos já seria suficiente para transformar o 2º Grau num grande desafio com urgente necessidade de intervenção. Contudo, coloca-se ainda um problema igualmente difícil de ser solucionado: o da busca de sua identidade.

É ponto pacífico hoje que, embora o trabalho faça parte da vida da maioria dos alunos, o ensino ministrado no 2º Grau não lhes possibilita perceber o sentido coletivo, histórico, produtivo desse trabalho, ou seja, o trabalho enquanto atividade do homem na construção de sua existência.

Duras críticas foram e continuam sendo feitas à Lei 5692 e ao fracasso da sua proposta profissionalizante, que tentou impor ao ensino de 2º grau uma falsa visão de escola formadora de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do país.

Não cabe aqui entrar em detalhes sobre a forma como o 2º Grau se desenvolveu nestas últimas décadas, nem sobre a problemática da profissionalização. Entretanto, vale a pena lembrar que o modelo de desenvolvimento, adotado no final dos anos 60, e a teoria do capital humano tiveram influência muito grande nas decisões de política educacional tomadas na década seguinte, assim como na crença de que a profissionalização no 2º Grau e o treinamento vocacional seriam a mola mestra do desenvolvimento tecnológico. O que se buscava, na realidade, era uma queda acentuada da demanda pelo ensino universitário, o que não aconteceu. O desenvolvimento econômico ocorrido no período beneficiou-se, em grande parte, do aumento do contingente de universitários empregados, muitas vezes, em tarefas para as quais fazia-se absolutamente desnecessária formação a nível de 3º grau.

Já há algum tempo vêm sendo ensaiadas propostas que recolocam o trabalho como princípio educativo do ensino de 2º grau, mas a partir de uma nova perspectiva, buscando ultrapassar a visão estreita, que associava trabalho a adiestramento de mão-de-obra, e concebendo o trabalho como uma atividade criadora do homem.

Em meados dos anos 80, Saviani (1988) introduz no cenário educacional o termo "politecnicia", que rapidamente se incorporaria ao folclore pedagógico e que, independente das divergências sobre seu real sentido, acabaria caracterizando a busca de uma visão mais progressista, mais moderna, mais revolucionária para o 2º Grau.

Assim, embora a literatura recentemente publicada exprima variações no que respeita à politecnicia, os diferentes textos acabam confluindo para um eixo básico, qual seja: o de que, à dualidade atual dos cursos de 2º grau — voltados ora exclusivamente à preparação para o vestibular, ora à formação profissional, em geral de má qualidade, dissociada das demandas do mercado de trabalho e defasada das condições concretas do processo produtivo — é preciso propor um novo curso de 2º grau, que seja capaz de fazer uma articulação explícita entre o saber e o processo de produção da existência humana.

Conseqüentemente, vai-se redefinindo uma nova função para o 2º Grau que, inclusive, o aproxima do 1º Grau e aperfeiçoa o que neste grau já fora ensinado.

O 2º Grau passa, então, a ser considerado como uma etapa importante para a continuidade da formação básica do cidadão. Indo além, parece tornar-se consensual que este é o momento mais propício para elevar a compreensão do jovem adolescente, do nível representativo-perceptivo para uma compreensão mais analítico-dedutiva, que lhe permita apreender a realidade, criticá-la, produzir novos conhecimentos e assim uma nova realidade.

O sentido da politécnica, visto dessa perspectiva, não passa única nem necessariamente por manter o aluno no concreto de oficinas ou laboratórios, como garantia de que só assim irá adquirir os fundamentos científicos e tecnológicos do trabalho. Ao contrário, atualmente os jovens aprendem a utilizar a eletricidade, o rádio, as máquinas mas não aprendem adequadamente os conceitos científicos que levam à compreensão das tecnologias e das relações sociais que as sustentam. Nos meios industrializados, os jovens são capazes de operar, conservar e consertar máquinas e motores, usar microcomputadores, filmar em vídeo cassetes, armazenar, registrar e corrigir dados em calculadoras, sem o correspondente conhecimento dos princípios teóricos de mecânica, eletrônica e outros necessários à real compreensão do que fazem.

Isto significa que a educação a ser dada, como instrumento concreto de conhecimento, de capacidade operativa, produtiva-cognitiva deve possibilitar ao jovem apropriar-se rapidamente das novas formas de conhecimento científico e tecnológico e compreender as condições de produção deste conhecimento (ou seja, desvelar-lhe o caráter histórico social), bem como possibilitar-lhe um contacto com as artes e humanidades. O ensino da Ciências Físicas, Ciências Sociais, da Língua e da Matemática afigura-se, então, muito importante.

Parece-nos, pois, que somente assim os egressos do 2º Grau deixariam de ser consumidores acríticos da ciência e da tecnologia modernas para transformarem-se em cidadãos capazes, como diz Silke Weber (1988), do "exercício da reflexão sobre a prática social e individual cotidiana da vida e do trabalho, articulada com as relações sociais mais amplas, com vistas à intervenção cada vez mais consciente na realidade e à possibilidade de aquisição de instrumentalização para o trabalho".

Esta definição vai, a cada dia, gozando de um maior consenso e já se faz presente, mesmo nas propostas à futura Lei de Diretrizes e Bases feitas pela ANPEd — Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação — durante o encontro desta entidade ocorrido em maio de 1989, onde é proposto: "o currículo do ensino médio deve assegurar uma formação básica comum, apoiada no saber científico-tecnológico e nas manifestações culturais e artísticas nacionais e regionais".

É imprescindível lembrar, porém, que 53% das matrículas do 2º Grau estão no noturno, que 40% dos jovens que freqüentam este grau de ensino já estão inseridos no mercado de trabalho, e em sua quase totalidade trabalhando 30 ou mais horas semanais. Em outras palavras, é preciso não ignorar, na organização do 2º Grau, que o trabalho é uma realidade preponderante na vida dos alunos.

Assim, se por um lado faz-se necessário garantir neste grau uma base comum, por outro lado não será possível deixar de abrir espaço para que a escola possa contribuir na formação profissional dos que a desejarem.

Cabem aqui considerações sobre dois pontos críticos a serem enfrentados por qualquer proposta para o 2º Grau: a heterogeneidade econômica e social do País e a precária formação dos professores em geral.

A concretização da nova função social que está se propondo ao 2º Grau (possibilitar aos jovens a compreensão histórico-social dos fundamentos científicos e tecnoló-

gicos da sociedade em que vivem) pressupõe a existência de professores bem formados, com visão global e crítica da realidade e capazes de ajudar os alunos a associarem sua prática social aos fundamentos de cultura geral que lhes serão ensinados. Este é um dos nós cegos do 2º Grau.

Tais professores praticamente inexistem. Conseqüentemente, este caminho ainda deverá ser trilhado e demandará, se levado a sério, grandes esforços e investimentos na formação de professores em serviço.

A grande expansão do ensino de 2º Grau, ocorrida durante os anos 60, e a reforma profissionalizante que o atingiu a partir dos anos 70, com a Lei 5692, resultaram na proliferação de escolas superiores de baixa qualidade, fornecedoras de professorado precariamente preparado para lecionar no 2º Grau e nas últimas séries do 1º Grau. Isso acarretou uma situação crítica em relação aos quadros profissionais, que não foi acompanhada por uma política cuidadosa e intensiva de formação, reciclagem e treinamento de professores para esses graus de ensino.

Qualquer política educacional a ser implantada no país necessitará de maiores informações sobre o perfil dos professores que atuam no 2º Grau para que não se perca em generalizações precipitadas, principalmente ao considerar a grande heterogeneidade que existe neste grau de ensino, não somente no que se refere a suas modalidades administrativas e de ensino, mas também quanto à formação e remuneração de seus profissionais.

A diversidade econômica e social do país é outro complicador para a educação, tendendo a se acentuar, na medida em que o setor terciário cresce em regiões específicas e que o processo de racionalização se introduz em alguns setores de ponta de nossa economia.

O desenvolvimento da microinformática e da eletrônica, a partir de 1984, inaugura um ciclo de racionalização que não diz respeito a um ou outro setor industrial, mas que interfere na própria organização do trabalho em sistemas inteiros. Esse processo vem requisitando cada vez mais um tipo de formação de natureza geral, uma grande capacidade de reintegração de tarefas por parte do indivíduo. E aqui vale lembrar que 70% dos possuidores de diplomas de 2º Grau em nosso país encontram-se em ocupações administrativas ou funções técnicas auxiliares (Singer, 1988).

A grande novidade na organização de sistemas, portanto, é a de que ela exige que o sujeito pense tudo globalmente. Isto parece adequar-se ao esquema trifásico proposto por Marx, de que, no início do capitalismo — fase da manufatura/artesanato — o trabalhador detém o conhecimento e os meios de produção; na segunda fase, a da automação inicial, o trabalhador é desqualificado e seu conhecimento expropriado pela máquina; na terceira fase, a da sofisticação da automação, o trabalhador sofreria uma requalificação polivalente (Paiva, 1990).

A requalificação polivalente ocorre porque essa nova fase de racionalização sistêmica — a da eletrônica, da microcomputação — possibilita uma visão mais ampla, mais global do trabalho, na medida em que o repetitivo passa a ser realizado pelas máquinas.

Esta nova fase acarreta uma valorização da soberania profissional, um vez que requer que o indivíduo tome de-

cisões por si mesmo. A tendência desta fase, de agrupar pequenas tarefas em tarefas mais globalizantes, exige um trabalhador com maior visão de conjunto, melhor capacidade de abstração, de tomada de decisão e capaz de pensar de forma autônoma. Conseqüentemente, essa tendência aponta na direção de uma qualificação geral em termos absolutos e uma desqualificação em termos relativos.

O Brasil possui um pouco de tudo em matéria de fases de desenvolvimento econômico e de tecnologia, o que nos leva a acreditar que um curso de 2º Grau precisará respeitar o nível de heterogeneidade do País, garantindo ao mesmo tempo uma homogeneidade fundamental na formação de seus cidadãos.

Conseqüentemente, frente a esta sociedade poli-técnica, poli-industrializada e com enormes disparidades regionais, a diretriz básica que deverá ser observada, principalmente no ensino de 2º grau — onde se concentra porcentagem significativa de jovens trabalhadores — é a de que será preciso ousar, ser flexível, não se prender a modelos rígidos e unificados, incentivando a autonomia dos sistemas estaduais, comunidades e regiões. Tal diretriz deve contemplar quatro pontos fundamentais:

— é preciso superar a dualidade propedêutico X profissionalizante por meio de:

- garantia para todos de um mínimo de conteúdo de caráter geral, que dê continuidade à formação intelectual e cultural iniciada no 1º grau, permitindo ao jovem uma compreensão histórico-social do mundo urbano, científico e tecnológico em que vive;
- propostas específicas para o ensino noturno que possibilitem a organização do ano letivo, de metodologias e horários diversificados e adequados ao trabalhador que estuda à noite;

— é preciso aproximar a escola do mundo do trabalho e do processo produtivo, evitando o artificialismo de trazer o processo produtivo para dentro da escola, pois a experiência tem mostrado que esta solução tem duas conseqüências negativas: prejudica a função de formação básica do

jovem cidadão; e resulta, com raras exceções, num ensino profissional defasado das condições concretas daquele processo. Tal aproximação, porém, deverá ser feita através da adoção de programas inovadores e flexíveis, que respondam não só às necessidades regionais, como às necessidades de profissionalização dos jovens que assim o desejarem. Tais programas não devem ficar sujeitos às normas curriculares do núcleo básico; devem envolver a comunidade e contar com a parceria de prefeituras, empresas, sindicatos, cooperativas e todas as instituições que tenham competência em áreas específicas e capacidade para tornar a educação profissional algo social e individualmente relevante;

— é preciso abolir o excesso de cartorialismo das habilitações técnicas, que se traduz na fixação de currículos e cargas horárias rígidas, bem como de exigências apenas formais quanto aos professores dessas habilitações;

— é preciso repensar a capacitação de profissionais de nível médio para os serviços de grande demanda social — como é a área da saúde — bem como na formação de professores para as primeiras séries do 1º grau e da pré-escola, através de projetos de revitalização da Escola Normal e de profunda revisão nos atuais cursos de Pedagogia.

Isso, porém, implica em superar preconceitos e o ranço de autoritarismo e centralismo que vemos infelizmente sobrevivendo em nossa Constituição e nos próprios projetos da futura LDB, desrespeitando frontalmente o espírito de federalismo e de democracia que deveria estar sendo fortalecido. O uso do cachimbo entorta a boca.

O caos em que se encontra nosso sistema educacional hoje no impõe ousar e tentar romper com o autoritarismo, que caracteriza nossa política educacional desde os idos do Estado Novo.

É preciso assumir posturas inteiramente novas que revejam e questionem, inclusive, os próprios Conselhos de Educação e dêem maior autonomia à gestão do ensino ao nível das unidades federadas, de regiões, de microrregiões e, principalmente, das próprias unidades escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANPEd. *Diretrizes e bases da Educação: propostas específicas*. São Paulo, 1989. mimeo [Documento da XXII Reunião Anual da ANPEd]
- CADERNOS DE PESQUISA. 2º Grau (nº especial). São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez, (68), fev. 1989.
- IPEA/IPLAN. *Educação e cultura 1987: situação e políticas governamentais*. Brasília, 1988.
- _____. *Relatório anual de acompanhamento 1986: educação*. Brasília, 1987.
- MELCHIOR, J.C.A. Alguns aspectos do financiamento do ensino de 2º grau. In: SEMINÁRIO ENSINO DE 2º GRAU: perspectivas. *Anais*. São Paulo, FE/USP, 1988. p.92-108.
- PAIVA, V. Produção e qualificação para o trabalho. In: FRANCO, M.L.B. & ZIBAS, D.L. (orgs.) *Final de século: desafio da educação na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1990. p.95-122.
- ROSEMBERG, F. 2º grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez (68): 39-54, fev. 1989.
- SAVIANI, D. Perspectivas de expansão e qualidade para o ensino de 2º grau: repensando a relação trabalho-escola. In: SEMINÁRIO ENSINO DE 2º GRAU: perspectivas. *Anais*. São Paulo, FE/USP, 1988. P.79-91
- SEMINÁRIO ENSINO DE 2º GRAU: perspectivas. *Anais*. São Paulo, FE/USP, 1988.
- SINGER, P. Sociedade, trabalho e escola de 2º grau. In: SEMINÁRIO ENSINO DE 2º GRAU: perspectivas. *Anais*. São Paulo, FE/USP, 1988. p.2-15.
- WEBER, S. Alternativas de orientação para o ensino de 2º grau. In: SEMINÁRIO ENSINO DE 2º GRAU: perspectivas. *Anais*. São Paulo, FE/USP, 1988. P.53-61.
-